

## CORREIO ECONÔMICO

Reprodução site cashme



Crédito imobiliário atinge segundo maior valor da história

## Financiamentos de imóveis atingem 22,3% em 2024

Segundo maior da história, o volume de financiamentos imobiliários, com recursos da poupança totalizou R\$ 186,7 bilhões em 2024, montante 22,3% superior ao registrado no ano anterior, segundo divulgou, na última quarta-feira (29), a Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança). Em contraste, a entidade tem a expectativa de que

o indicador apresente recuo entre 15% e 20% este ano, ao nível de R\$ 155 bilhões, em razão do 'esfriamento da demanda', sob o peso do aperto monetário adotado pelo Banco Central (BC). "O mercado imobiliário esteve bastante saudável em 2024, com crescimento de lançamento e vendas", afirmou o presidente da Abecip, Sandro Gamba, em entrevista coletiva.

## Expansão

Para a performance altamente positiva do setor no ano passado, a Abecip aponta o crescimento da economia brasileira, acima do previsto, com a expansão do emprego e da renda da população, o que aqueceu a demanda pela casa própria e a busca por financiamentos.

## Perda de tração

A 'tração' exibida em 2024, porém, começou a ser perdida nos últimos meses do ano, à medida que a Selic disparava, o que se refletia nos contratos futuros de juros. Como efeito, os bancos começaram a repassar a elevação da taxa básica para os juros do crédito imobiliário.

Reprodução site confere.org



Ocorrência de chuvas e reservatórios no nível são fatores

## Aneel mantém bandeira tarifária verde para fevereiro

O volume expressivo de chuvas e os níveis positivos dos reservatórios que movimentam as hidrelétricas estão entre os fatores que levaram a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) a anunciar, nessa sexta-feira (31), a manutenção da bandeira tarifária verde para este mês de fevereiro, o que implica a não cobrança de

custo adicional. Trata-se do terceiro mês seguido com o indicador tarifário. Antes disso, contudo, a autarquia, frente à seca histórica no segundo semestre de 2024, havia decidido 'hastear a bandeira tarifária vermelha patamar 1, em setembro último, medida que não ocorria, há mais de três anos.

## Indicativo

Devido às previsões climáticas atuais, o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, admitiu que há um indicativo de que a bandeira tarifária verde deverá ser mantida em 2025. Mas entende que uma previsão 'mais assertiva' só será possível ao final do período úmido.

## Custo

A cada mês, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) considera o custo variável da produção de energia, pela disponibilidade de recursos hídricos ou uso de fontes de geração mais caras. A arrecadação via bandeira tarifária paga os custos adicionais.

## Desafiante

Sinalização de um ano 'desafiante', já no primeiro mês de 2025, os títulos do Tesouro Direto ficaram no 'negativo', após 'disparadas históricas' em 2024, mas o campeão de vendas continua a ser o Tesouro IPCA+ com vencimento entre 2029 e 2035, que paga 7,91%.

## Temores

Em que pese os temores fiscais e monetários do país, os títulos prefixados oferecem boas oportunidades, como o papel de curto prazo, que superou a barreira dos 15%, embora prevaleça a cautela quanto ao volume, em razão da perspectiva de a Selic atingir 15% ao ano.

## Inflação de alimentos 'anula' avanço da renda

Resgate do poder de compra ainda vai demorar, aponta estudo da LCA

Tânia Rêgo - Agência Brasil

Por Marcello Sigwalt

Propalada aos quatro cantos pelo Planalto, muito antes da eleição municipal plebiscitária de outubro passado, o avanço da renda no país é 'ofuscado' pela disparada da inflação dos alimentos, o que compromete, de fato, a recuperação do poder de compra do consumidor tupiniquim.

É o que atesta levantamento realizado pelo economista da consultoria LCA, Bruno Imaizumi, por meio do cruzamento do custo da cesta básica com a evolução do salário mínimo e do rendimento médio do trabalho.

Desde seu início, a inflação tem sido uma 'dor de cabeça' para o quarto mandato petista, que sofre com os danos inevitáveis de popularidade, captados com frequência pelos indicadores, desde então. O mais grave, porém, para o lado de cá do balcão, do contribuinte pagador de impostos, é saber que, segundo apontam analistas, há 'pouco espaço' para a tomada de ações 'mais eficazes', tendo



Poder de compra do consumidor brasileiro perde 'feio' para a carestia dos alimentos

em vista um conjunto de fatores, como problemas climáticos e dólar em constante propensão de alta, face às recorrentes incertezas fiscais.

O descompasso entre inflação e renda pode ser atestado pelo fato de que, enquanto o salário mínimo podia comprar 2,07 cestas básicas em São Paulo, no período de 2010 a 2019

(antes, portanto da pandemia), tal poder aquisitivo caiu para 1,51, em abril de 2022, ainda na gestão federal anterior, sob a pressão de preços das commodities, em decorrência da guerra da Ucrânia.

Depois de mostrar recuperação 'módica', para 1,8 da cesta básica, nos anos 2023 e 2024, dados mais recentes apontam

que tal proporção teria 'encolhido' para 1,7. Além de não recuperar o poder de compra anterior à pandemia, a perspectiva é de estagnação dessa proporção, em 1,7, tanto em dezembro deste ano, quanto em igual mês de 2026, este último, bússola para a tomada de ações de cunho eleitoral pelo Executivo.

## Dívida bruta atinge R\$ 76,1% do PIB

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) passou de 77,7% em novembro para 76,1% em dezembro, segundo informou o Banco Central nesta sexta, 31. Em dezembro de 2023, a relação dívida/PIB estava em 73,8%. Em reais, a dívida bruta do governo recuou de R\$ 9,09 trilhões para R\$ 8,98 trilhões na passagem de novembro para dezembro - no final de 2023, era de R\$ 8,07 trilhões.

De acordo com o chefe adjunto do departamento de estatísticas do BC, Renato Baldini, a redução significativa da dívida bruta do governo geral em dezembro de 2024 reflete a redução de operações compromissadas do Banco Central.

"Essa redução (em relação a novembro) é explicada sobretudo pela redução no volume das operações compromissadas do Banco Central, e que resultou na redução das reser-

vas internacionais após as intervenções do Banco Central no mercado de câmbio em dezembro", disse, explicando que para garantir liquidez nas intervenções o BC reduziu o volume de operações com compromisso de recompra de moeda.

O pico da dívida bruta foi alcançado em dezembro de 2020 (87,6% do PIB), devido às medidas fiscais adotadas pela covid-19. No melhor momen-

to, em dezembro de 2013, chegou a 51,5% do PIB.

O BC estima que cada 1% de desvalorização do dólar ante o real implica em uma alta de 0,1 ponto percentual na DBGG como proporção do PIB, o equivalente a R\$ 11,80 bilhões. E cada 1 ponto de alta da taxa Selic, mantido por 12 meses, tem reflexo de 0,41 ponto percentual na dívida bruta, cerca de R\$ 48,60 bilhões em valores correntes.

## CNI: confiança industrial 'despenca'

Agência de notícias da indústria

O número de setores industriais sem confiança atingiu o maior patamar em mais de quatro anos e meio, revela o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) Setorial, divulgado na última quarta-feira (29) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

No primeiro mês do ano, o ICEI caiu em 24 dos 29 segmentos industriais. O movimento foi suficiente para que a quantidade de setores pessimistas passasse de 17, em dezembro, para 23, em janeiro. É o maior número de segmentos sem confiança desde junho de 2020.

Para Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da CNI, o pessimismo generalizado entre os setores industriais preocupa.

"Quando a falta de confiança é disseminada, a indústria fica mais cautelosa como um todo. Na indústria, existe mui-



Confiança industrial caiu mais no Norte e no Centro-Oeste

to encadeamento entre os setores. Por isso, a falta de confiança em um setor afeta a confiança e, assim, as decisões de outro. Numa situação de falta de confiança ampla, não existem setores que se destacam e que, eventualmente, poderiam sustentar não só a própria atividade, mas

de outros setores de sua cadeia produtiva", avalia.

Segundo a pesquisa, o ICEI aumentou em cinco setores. No entanto, apenas o de produtos diversos migrou de falta de confiança, em dezembro, para confiança, em janeiro.

O levantamento mostra

que a confiança caiu entre os empresários de todas as regiões do país. O maior recuo se deu no Norte (-3,3 pontos). Em seguida, vêm Centro-Oeste (-2,9 pontos), Sul (-2,1 pontos), Sudeste (-1,7 ponto) e Nordeste (-0,5 ponto).

Com a queda, as indústrias do Norte e Centro-Oeste migraram de confiança para falta de confiança, a exemplo daquelas do Sudeste e Sul, que já estavam nessa situação. Só os industriais do Nordeste se- guem otimistas.

Confirmando a queda generalizada do ICEI, nas indústrias de pequeno porte, este caiu 2,8 pontos; nas de médio, 1,6 ponto; e nas de grande, 1,4 ponto. Assim, as grandes indústrias saíram de um estado de confiança para neutralidade, onde não há confiança, nem falta de confiança. As pequenas e médias empresas permanecem com falta de confiança.

## Exportação sofre de 'reprimarização'

O presidente da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, afirmou na última quarta-feira, 29, que o País está caminhando para a reprimarização da pauta de exportação. Velloso reconhece a robustez da balança comercial brasileira de 2024, que encerrou o ano com superávit de US\$ 74,6 bilhões, o segundo maior valor da série histórica, mas chama atenção para o comportamento

das exportações da indústria de transformação.

"Há 10 anos, 64% das exportações eram da indústria de transformação. Hoje, é 52%", afirma. "Percebemos que há muita exportação de itens com baixíssima transformação, como açúcar, óleos combustíveis e carne bovina. Estamos caminhando para uma reprimarização", alertou.

Velloso também chamou atenção para o crescimento de

25,6% das importações de bens de capital em 2024, um resultado positivo. "Na teoria, isso se traduziria em aumento de produtividade no País. No entanto, o investimento no Brasil não cresceu e o consumo aparente de máquinas caiu."

O presidente da Associação ainda afirmou que o País não está investindo na indústria como deveria. "O investimento em máquinas é 35% menor do que o que tínhamos há 10

anos", recordou.

O presidente da Abimaq disse que a guerra comercial entre Estados Unidos e China já está trazendo consequências para o Brasil. Ele lembrou que o governo americano anterior, sob o comando de Joe Biden, já trabalhava com medidas tarifárias, e a perspectiva é de continuidade do protecionismo na liderança de Donald Trump, principalmente sobre os produtos chineses.